ISSN: 2358-8829

TECNOLOGIA ASSISTIVA E INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: Uma Revisão de Literatura

Elaine Salles da Costa[1]
Raquel Quirino[2]

INTRODUÇÃO

Na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), o uso de Tecnologia Assistiva (TA) envolve questões que ultrapassam a disponibilização de equipamentos: como estudantes com deficiência acessam conteúdos técnicos, participam de atividades práticas, manipulam instrumentos e demonstram o que aprenderam? Essas situações exigem examinar a relação entre recursos de acessibilidade, organização do ensino e condições institucionais de sua utilização. A especificidade da formação para o trabalho torna essa discussão particularmente relevante em laboratórios, oficinas, estágios e demais espaços nos quais determinadas formas de executar tarefas podem ser tomadas como padrão.

A Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) sustentam o direito à educação em condições de igualdade. No cotidiano da EPT, a concretização desse direito requer identificar barreiras à participação e à aprendizagem, inclusive aquelas produzidas por procedimentos de ensino, materiais inacessíveis e exigências práticas que poderiam ser realizadas por diferentes meios. A perspectiva de formação humana integral discutida por Ramos (2014) oferece um parâmetro para indagar se os recursos empregados ampliam a participação efetiva dos estudantes no processo formativo.

A TA reúne produtos, equipamentos, dispositivos, metodologias, estratégias, práticas e serviços destinados a favorecer a funcionalidade e a participação de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (Brasil, 2021). Seu valor educacional depende, entretanto, da atividade que se pretende realizar e da barreira que o recurso ajuda a

[1] Mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação Tecnológica (PPGET) no Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFETMG). E-mail: elainesallesdacosta@gmail.com

[2]Doutora em Educação, professora do PPGET/CEFET-MG. E-mail: raquelquirino@cefetmg.br

enfrentar. Um arquivo digital acessível pode ampliar a autonomia de leitura; um dispositivo adaptado pode permitir a participação em uma atividade técnica. Em ambos os casos, a adequação do recurso deve ser examinada em relação às condições de ensino e aos objetivos de aprendizagem.

Este artigo examina como a produção acadêmica publicada entre 2015 e 2025 aborda a TA na EPT, período delimitado a partir da promulgação da Lei Brasileira de Inclusão. A pergunta orientadora é: de que maneira os estudos selecionados caracterizam as contribuições e os limites da Tecnologia Assistiva para a inclusão de estudantes com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica? O recorte permite analisar experiências institucionais, concepções docentes e produtos educacionais descritos na literatura, sem presumir que a existência desses recursos corresponda, por si, à efetivação da inclusão.

O objetivo é analisar as contribuições atribuídas à TA na literatura selecionada e as condições pedagógicas e institucionais apontadas como necessárias à sua utilização. A discussão concentra-se nas relações entre acessibilidade, mediação docente, formação profissional e participação dos estudantes.

A análise de nove estudos indica recorrência de dificuldades relacionadas à formação docente, à disponibilidade de recursos acessíveis e à articulação entre serviços de apoio e práticas de ensino. Também identifica iniciativas de elaboração de materiais orientadores e produtos educacionais. A interpretação desses resultados exige distinguir propostas e potencialidades descritas pelos autores de efeitos sobre a aprendizagem efetivamente documentados.

REFERENCIAL TEÓRICO

A inclusão da pessoa com deficiência

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, incorporada ao ordenamento brasileiro pelo Decreto nº 6.949/2009, estabelece uma compreensão da deficiência que considera a interação entre impedimentos de longo prazo e barreiras à participação. Para a análise da escolarização, essa formulação desloca a atenção para condições concretas de acesso ao conhecimento, às relações escolares e às atividades de formação. Na EPT, o exame das barreiras precisa alcançar também as práticas e os ambientes específicos do ensino profissional.

O artigo 1º da Convenção caracteriza as pessoas com deficiência nos seguintes termos:

> pessoas com deficiência como “aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas” (Brasil, 2009).

A identificação de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, tecnológicas, pedagógicas e atitudinais orienta a definição de medidas de acessibilidade. Essas barreiras podem combinar-se: um software compatível com leitor de tela pouco contribui para uma atividade se o material disponibilizado pelo professor estiver em formato inacessível; um equipamento adaptado pode permanecer sem uso quando não há orientação ou tempo para sua incorporação ao planejamento. A abordagem político-pedagógica da inclusão, discutida por Jesus (2011), permite situar a formação docente e a organização institucional entre as condições de resposta a esses problemas.

A Educação Profissional e Tecnológica

A Educação Profissional e Tecnológica reúne projetos formativos distintos, atravessados pelas relações entre educação e trabalho. Frigotto (2019) e Ramos (2014) oferecem elementos para compreender a tensão entre a formação humana integral e perspectivas que subordinam a escolarização à adaptação imediata ao mercado. Para estudantes com deficiência, essa tensão ganha expressão concreta quando determinadas formas de desempenho técnico são tratadas como requisitos imutáveis, sem exame das possibilidades de acessibilidade e de reorganização das atividades.

Investigar a TA nesse campo implica perguntar quais conhecimentos e práticas são indispensáveis à formação, quais meios podem variar sem comprometer seus objetivos e quem participa dessas decisões. O recurso assistivo precisa ser analisado em conjunto com o currículo, as condições de segurança, os instrumentos de avaliação e as oportunidades de aprendizagem. Essas questões ajudam a evitar que o debate se restrinja ao inventário de equipamentos.

Tecnologia Assistiva

ISSN: 2358-8829

A Tecnologia Assistiva constitui um campo interdisciplinar voltado à promoção da funcionalidade e da participação. No Brasil, sua conceituação foi desenvolvida pelo Comitê de Ajudas Técnicas e incorporada ao marco normativo, incluindo o Plano Nacional de Tecnologia Assistiva (Brasil, 2021). A amplitude dessa definição permite reconhecer recursos materiais e serviços, mas também exige precisão quanto à função desempenhada em cada situação educacional.

A definição normativa contempla diferentes formas de apoio, cuja pertinência depende da atividade e das barreiras identificadas.

O Comitê de Ajudas Técnicas foi instituído em 2006, e a formulação brasileira do campo aparece em publicações posteriores do próprio Comitê (Brasil, 2006; Galvão Filho et al., 2009).

O Plano Nacional de Tecnologia Assistiva retoma a seguinte caracterização:

> A tecnologia assistiva ou ajuda técnica como era mencionada no passado, foi definida como produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (Brasil, 2021).

Bersch (2013) relaciona a TA à ampliação das possibilidades de comunicação, mobilidade, aprendizagem e trabalho. No ambiente escolar, a autora propõe reconhecer como assistivo o recurso que possibilita ao estudante com deficiência acessar informações, expressar conhecimentos, manipular objetos de estudo ou participar de atividades antes restringidas por barreiras. Esse critério funcional é importante para diferenciar a simples presença de tecnologia de seu uso voltado à acessibilidade.

> [...] ela é utilizada por um aluno com deficiência e tem por objetivo romper barreiras sensoriais, motoras ou cognitivas que limitam/impedem seu acesso às informações ou limitam/impedem o registro e expressão sobre os conhecimentos adquiridos por ele; quando favorecem seu acesso e participação ativa e autônoma em projetos pedagógicos; quando possibilitam a manipulação de objetos de estudos; quando percebemos que sem este recurso tecnológico a participação ativa do aluno no desafio de aprendizagem seria restrito ou inexistente (Bersch, 2013, p. 12).

A contribuição educacional da TA se concretiza em situações de uso. Conte, Ourique e Basegio (2017) relacionam os recursos assistivos ao reconhecimento e à participação social, indicando que sua incorporação pode modificar as formas de interação no ambiente educacional. Para analisar essa contribuição, é necessário observar quais atividades se tornam acessíveis, quais apoios permanecem necessários e como os estudantes participam das decisões sobre os recursos.

A distinção entre recursos assistivos empregados na educação e tecnologias utilizadas em processos clínicos ou de reabilitação ajuda a delimitar o objeto de análise. Bersch (2017) e Galvão Filho (2022) discutem as finalidades e os contextos de utilização da TA. Na escola, a escolha do recurso deve partir da barreira presente em uma atividade pedagógica específica, considerando as condições de uso, manutenção, orientação e autonomia. As concepções dos docentes sobre deficiência e aprendizagem influenciam essas escolhas, assim como a disponibilidade de apoio institucional.

A discussão de Galvão Filho (2009) permite compreender a TA como parte de uma resposta mais ampla às barreiras de participação. A aquisição de um dispositivo, isoladamente, não informa se o estudante conseguiu realizar a atividade proposta. A avaliação pedagógica de sua contribuição requer relacionar o recurso ao acesso ao conteúdo, à participação e às possibilidades de expressão do conhecimento.

METODOLOGIA

A pesquisa é bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter descritivo-analítico. O levantamento, conforme informado no estudo original, abrangeu o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, para identificação de pesquisas de pós-graduação stricto sensu, e o Portal de Periódicos da CAPES, para artigos científicos. Foram consideradas publicações de 2015 a 2025, intervalo definido em função da promulgação da Lei Brasileira de Inclusão. Não se realizou coleta primária de dados com estudantes, docentes ou instituições.

As buscas utilizaram os termos “Inclusão”, “Tecnologia Assistiva” e suas combinações com “Educação Profissional” e “Educação Profissional e Tecnológica”, conforme descrito no levantamento original. As expressões compostas foram relacionadas pelo operador booleano AND. A descrição disponível não informa a data exata das buscas, o número de registros recuperados em cada base nem a distribuição

dos resultados por combinação de descritores; por isso, não é possível reconstruir integralmente o percurso de identificação das publicações.

Foram elegíveis textos completos pertinentes à TA na EPT e que discutissem suas possibilidades de aplicação educacional. O levantamento excluiu duplicatas, registros incompletos e publicações centradas em contextos distintos do recorte definido. Esses critérios delimitam o corpus, mas a ausência de quantitativos por etapa impede calcular a proporção de trabalhos excluídos e avaliar a abrangência da recuperação bibliográfica.

Ao final da triagem, nove estudos compuseram o corpus de leitura integral. A organização da análise tomou como referência etapas de revisão descritas por Souza, Silva e Carvalho (2010), abrangendo delimitação do problema, critérios de seleção, categorização e síntese interpretativa. A leitura procurou identificar os contextos pesquisados, as barreiras relatadas, os recursos ou produtos educacionais apresentados e as condições de uso discutidas pelos autores.

Os resultados foram organizados por aproximações temáticas, com atenção às condições institucionais e à mediação pedagógica. Como o material reúne pesquisas de desenhos metodológicos diferentes, a síntese apresenta convergências e contrastes entre relatos e interpretações dos autores, sem tratá-los como evidências homogêneas de eficácia da TA.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos nove estudos selecionados, a TA aparece associada a duas questões recorrentes: a disponibilidade de recursos e as condições para integrá-los às práticas pedagógicas. As pesquisas incluem investigações institucionais, análises de concepções docentes e experiências de elaboração de produtos educacionais. Essa diversidade permite observar obstáculos em diferentes contextos da EPT, embora não autorize estimar sua frequência no conjunto das instituições brasileiras. A leitura conjunta sugere que o conhecimento sobre o recurso, sua adequação à atividade e o apoio institucional precisam ser examinados de maneira articulada.

Alcântara (2022) examinou políticas de educação inclusiva no Instituto Federal do Sertão Pernambucano, com atenção ao trabalho do Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE). O estudo relata limitações de pessoal especializado e dificuldades docentes no conhecimento e no uso da TA. A cartilha *Ir além das

rampas*, produzida no âmbito da pesquisa, constitui uma iniciativa de orientação à comunidade escolar. Sua elaboração indica uma resposta formativa à demanda identificada; os dados apresentados nesta revisão, porém, não permitem afirmar quais mudanças ocorreram posteriormente nas práticas pedagógicas.

Nos campi Cuiabá, Campo Novo do Parecis e Lucas do Rio Verde do Instituto Federal de Mato Grosso, Alves (2023) investigou a utilização de TA por meio de documentos e entrevistas com servidores e estudantes. A pesquisa encontrou distância entre o reconhecimento da existência de recursos e o domínio de procedimentos para utilizá-los. Também descreveu limitações de formação continuada, acesso a tecnologias e articulação institucional, com presença de recursos de menor complexidade e de dispositivos destinados à acessibilidade de pessoas com deficiência visual. Como produto educacional, foi elaborada uma coletânea de recursos e serviços de TA disponibilizada pelo IFMT. O caso evidencia que inventariar equipamentos e produzir orientações são etapas relevantes, cuja repercussão sobre a aprendizagem depende de acompanhamento específico.

Mendonça (2022) investigou políticas de educação inclusiva no Instituto Federal do Triângulo Mineiro, abrangendo nove campi e diferentes níveis e formas de oferta educacional. A pesquisa, de natureza documental e de campo, identificou dificuldades de implementação relacionadas à acessibilidade arquitetônica, comunicacional e atitudinal. A amplitude institucional do estudo oferece elementos para examinar a distribuição de condições de acesso entre unidades, embora a coleta tenha sofrido restrições no período pandêmico. Assim, seus resultados devem ser lidos à luz dos limites de participação registrados pela autora.

Alvarenga (2024), em revisão integrativa dedicada à TA na EPT, identificou abordagens docentes que tendem a restringir o campo a recursos compensatórios e usos pontuais. A autora também sistematizou um framework conceitual para orientar a identificação de dispositivos e softwares acessíveis. Por se tratar de revisão de literatura, suas conclusões dizem respeito ao conjunto de estudos examinados, e não a uma aferição direta das práticas de todos os docentes da EPT. O trabalho contribui sobretudo para explicitar a necessidade de relacionar a escolha tecnológica às finalidades educativas.

Outro conjunto de publicações aborda a mediação pedagógica em situações específicas: Lima (2021) analisa práticas leitoras de estudantes cegos; Lopes Júnior

(2023), atividades de formação técnica em Enfermagem para estudantes surdos; Mascaro e Pinheiro (2016), organização de um espaço de produção de recursos acessíveis e formação docente; Ramos (2020) e Ramos e Kanaane (2020), concepções de professores do ensino técnico. A aproximação entre esses estudos está na importância atribuída ao planejamento e à formação para que os recursos sejam utilizados nas atividades curriculares.

Na pesquisa de Lima (2021), desenvolvida em campi do Instituto Federal do Tocantins, as práticas de leitura de estudantes cegos foram analisadas em relação às condições de acessibilidade dos materiais e à atuação docente. A dependência de leitura oral ou de ledores humanos, em situações nas quais arquivos acessíveis não eram disponibilizados oportunamente, mostra como a barreira pode resultar da organização do ensino. O produto educacional COPPIMETA, apoiado em sequência didática inclusiva e em princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), propõe orientações para enfrentar essas dificuldades. Sua contribuição mais imediata, tal como descrita no estudo, é oferecer subsídios ao planejamento; efeitos duradouros sobre autonomia e aprendizagem exigiriam acompanhamento adicional.

Lopes Júnior (2023) investigou o uso de TA na formação técnica em Enfermagem de estudantes surdos, incluindo atividades práticas e laboratoriais. O estudo relata dificuldades relacionadas ao conhecimento dos recursos, à habilidade de utilizá-los e à disponibilidade institucional. Esse contexto evidencia uma questão própria da EPT: a acessibilidade precisa ser pensada também na comunicação durante procedimentos técnicos, na compreensão de instruções e na avaliação de competências em situações de prática. A pesquisa aponta o planejamento colaborativo como possibilidade de resposta às barreiras encontradas.

Mascaro e Pinheiro (2016) descrevem a transformação de uma antiga Sala de Imprensa Braille em Laboratório de Comunicações e Aprendizagens, na FAETEC-RJ. A experiência articula produção de materiais acessíveis e formação em serviço, aproximando docentes da sala comum e profissionais do Atendimento Educacional Especializado. O interesse analítico desse caso reside na organização coletiva do trabalho: a produção do recurso passa a integrar uma dinâmica de troca entre profissionais, reduzindo a dependência de iniciativas isoladas. O estudo oferece um exemplo institucional, cuja possibilidade de reprodução depende das condições de cada unidade.

Ramos (2020) investigou concepções docentes sobre inclusão, DUA e TA no ensino técnico. Entre os aspectos discutidos está a tendência de associar a TA predominantemente a equipamentos, com pouca atenção às estratégias pedagógicas e aos serviços necessários para seu uso. A pesquisa sugere que ações formativas precisam contemplar a identificação de barreiras, a seleção de recursos e sua incorporação às atividades curriculares. O DUA pode contribuir para o planejamento de alternativas de acesso e expressão, preservada a especificidade dos apoios assistivos requeridos por cada estudante.

Ao examinar percepções de docentes vinculados ao Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, Ramos e Kanaane (2020) relacionaram inclusão e TA à formação profissional. Os autores identificaram dificuldades de compreensão e utilização dos recursos, destacando a formação docente como uma condição relevante. Considerados em conjunto, esses estudos mostram que a disponibilidade de tecnologia, a orientação profissional e a organização do trabalho pedagógico constituem dimensões distintas do problema. A literatura revisada oferece indícios dessas relações, mas raramente apresenta acompanhamento sistemático dos resultados de aprendizagem após a adoção dos recursos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura dos nove estudos permite reconhecer contribuições da Tecnologia Assistiva para ampliar possibilidades de acesso a materiais, comunicação e participação em atividades da Educação Profissional e Tecnológica. Os trabalhos descrevem barreiras concretas, iniciativas de orientação e experiências de produção de recursos, sobretudo em instituições específicas. A principal convergência observada refere-se à necessidade de relacionar esses recursos ao planejamento pedagógico, à formação docente e ao suporte institucional. Como os estudos apresentam métodos e alcances diferentes, a revisão não permite concluir que as iniciativas relatadas tenham produzido, em todos os casos, melhorias comprovadas na aprendizagem ou na permanência dos estudantes.

Os resultados também evidenciam uma lacuna analítica: são mais frequentes as descrições de recursos, dificuldades e produtos educacionais do que demonstrações de seus efeitos ao longo do percurso formativo. Essa diferença importa para distinguir condições favoráveis à inclusão de sua efetivação. A categoria Inclusivismo Retórico-

Instrumental (IRI), formulada por Quirino (2026), oferece uma chave crítica para interrogar situações nas quais a existência de iniciativas ou instrumentos é tomada como prova suficiente de inclusão. Já a Inclusão Baseada em Evidências (IBE), proposta pela autora como arquitetura teórico-metodológica composta por três dimensões analíticas relacionais e articuladas por triangulação intradimensional, interdimensional e integrada, permite formular uma agenda de investigação sobre o que foi efetivamente modificado nas condições de participação, aprendizagem e formação. Essas categorias são mobilizadas aqui como possibilidades de interpretação e aprofundamento futuro: o corpus revisado não foi originalmente produzido para sua operacionalização, tampouco permite validar empiricamente a IBE. Pesquisas posteriores poderão examinar a adequação dos recursos às atividades técnicas, sua continuidade de uso e os resultados observáveis para os estudantes, respeitando as particularidades institucionais e os limites de cada evidência.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Joana Angélica Oliveira de. **Tecnologias assistivas**: perspectivas e realidades no Instituto Federal do Sertão Pernambucano. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, Campus Salgueiro, Salgueiro, 2022.

ALVARENGA, Adrielle Ketllenn Fernandes de. **Tecnologia assistiva no contexto da educação profissional e tecnológica**: uma revisão integrativa da literatura. 2024. 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica) – Programa de Pós-graduação em Educação Tecnológica, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024.

ALVES, L. C. T. **A tecnologia assistiva**: para inclusão de pessoas com deficiência na educação profissional e tecnológica. 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2023.

BERSCH, Rita. **Tecnologia assistiva**. Porto Alegre: Edição do Autor, 2013. Disponível em: http://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf. Acesso em: 13 out. 2026.

BERSCH, Rita. **Introdução à tecnologia assistiva**. Porto Alegre: Rita Bersch, 2017. Disponível em: https:// www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf. Acesso em: 13 out. 2026.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, [1996]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 jul. 2026

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 3, 26 ago. 2009.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. **Plano Nacional de Tecnologia Assistiva**. Brasília, 2021. Disponível em https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-com-deficiencia/acoes-e-programas/plano-nacional-de-tecnologia-assistiva. Acesso em: 12 ago. 2026.

CONTE, E.; OURIQUE, M. L. H.; BASEGIO, A. C. **Tecnologia Assistiva, Direitos Humanos e Educação Inclusiva**: uma nova sensibilidade. Educação em Revista, v. 33, p. e163600, 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2019.

GALVÃO FILHO, Teófilo Alves et al. Conceituação e Estudo de Normas. In: BRASIL.

SUBSECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. **Comitê de Ajudas Técnicas. Tecnologia Assistiva**. Brasília: CORDE, 2009, p. 13-39. Disponível em: http://www.galvaofilho.net/livro-tecnologia-assistiva_CAT.pdf. Acesso em: 10 ago. 2026.

GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. **Tecnologia Assistiva**: um itinerário da construção da área no Brasil. Curitiba: CRV, 2022.

JESUS, Denise Meyrelles de. **Educação inclusiva**: o desafio da diferença nas práticas pedagógicas. Petrópolis: Vozes, 2011.

LIMA, Elizabete Nonato Ferreira. **Desenvolvimento de práticas leitoras de alunos cegos na Educação Profissional e Tecnológica**: caderno de orientações para práticas pedagógicas inclusivas mediadas por tecnologias assistivas. 2021. 156 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, Palmas, 2021.

LOPES JÚNIOR, H. M. P. **O uso da tecnologia assistiva na formação técnica em enfermagem para estudantes surdos**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

MASCARO, Cristina Angélica de Aquino Carvalho; PINHEIRO, Vanessa Cabral da Silva. Laboratório de comunicação e aprendizagens. **Journal of Research in Special Educational Needs**, v. 16, p. 684–687, 2016. Disponível em: https://nasenjournals.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/1471-3802.12329. Acesso em: 9 out. 2025.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: IFPR, 2014.

QUIRINO, Raquel. **Inclusão em disputa**: crítica ao inclusivismo retórico-instrumental e às racionalidades contemporâneas da inclusão na Educação Profissional e Tecnológica. 2026. Relatório de estágio pós-doutoral – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2026.

RAMOS, Andrea Ribeiro. **Inclusão, Desenho Universal para a Aprendizagem e Tecnologia Assistiva**: Concepções e Reflexões dos Docentes do Ensino Técnico. 2020. 123 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional) – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, São Paulo, 2020. Disponível em: https://ric.cps.sp.gov.br/bitstream/123456789/27448/1/UPEP_InclusaoDesenhoUniversalparaaAprendizagemeTecnologiaAssistiva_AndreaRibeiroRamos_2020.pdf. Acesso em: 20 out. 2025.

RAMOS, Andrea Ribeiro; KANAANE, Roberto. A inclusão da pessoa com deficiência no ensino técnico profissionalizante com o uso da tecnologia assistiva fomentando o trabalho e o crescimento econômico conforme o oitavo objetivo de desenvolvimento sustentável. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 13, n. 2, p. 704–719, 2020. DOI: 10.26512/rici.v13.n2.2020.31640. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/31640. Acesso em: 20 out. 2025.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de.Revisão integrativa: o que é e como fazer. **EINSTEIN** (São Paulo), v.8, n.1, p. 102-106, jan./marc.2010. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1679-45082010RW1134. Acesso em: 12 out.2025